



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

ADRIANE FERREIRA VELOSO

**POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:  
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS  
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA**

BRAGANÇA-PA  
2025

ADRIANE FERREIRA VELOSO

**POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:  
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS  
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Joana d'Arc de Vasconcelos Neves.

BRAGANÇA-PA  
2025

ADRIANE FERREIRA VELOSO

**POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:  
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS  
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Data da aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador(a)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana d'Arc de Vasconcelos Neves – UFPA

---

Examinador(a) Interno

Prof.<sup>o</sup> Me. José Ribamar Sousa da Silva – UFPA

---

Examinador(a) Interno

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Saraiva Mota – UFPA

## RESUMO

O presente trabalho se propõe apresentar dados sobre a Política da Educação Especial Inclusiva acerca da implantação da Sala de Recurso Multifuncional no município de Bragança-Pará,. Assim, objetiva-se refletir acerca dessas políticas em relação a implantação da SRM, com enfoque nas mudanças ocorridas nos anos de 2014 comparado ao ano de 2024. Os dados são oriundos de um artigo, assim como de uma entrevista realizada junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), além de observação e entrevista em uma SRM de uma escola pública da rede municipal de ensino. A partir da análise dos resultados, é possível afirmar que o processo de implantação das políticas e funcionamento das SRM no município de Bragança-PA, embora tenha tido alguns avanços, ainda persistem desafios significativos, sobretudo no que se refere a ampliação do atendimento e a adequação estrutural dos espaços destinado às pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Sala de Recurso Multifuncional; Implantação.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a trajetória da Educação Especial, passou por diferentes momentos ao longo da história, desde as práticas assistencialistas e segregadoras até a consolidação das políticas públicas que visam garantir a inclusão escolar das pessoas com deficiência ou Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A fim de garantir com que a escola inclusiva viesse se consolidar, tornou-se necessário que o sistema educacional viesse se adequar, para receber este novo público, visando potencializar suas habilidades e proporcionar um ensino de qualidade. E assim surgem os programas de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, para complementar o ensino na sala de ensino regular (Milanesi, 2012). De acordo com Pasian, Mendes e Cia (2014), no contexto da inclusão educacional, a Sala de Recurso Multifuncional (SRM) ganha um papel de extrema importância, pois viabiliza o acesso ao grupo da Educação Especial nas escolas de ensino regular, já que oferece suporte pedagógico, visando complementar ou suplementar o ensino da sala de ensino comum.

No município de Bragança, no estado do Pará, local de realização da presente pesquisa, as políticas de educação especial estão organizadas a partir de uma base legal, administrativa e pedagógica voltada para a inclusão de pessoas com deficiência ou Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Portanto, sendo assim necessário, que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) tenha como incumbência tornar os espaços escolares acessíveis, garantindo a essas pessoas acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e comunicacional, visando promover a inclusão e eliminar barreiras que impeçam a plena participação desses indivíduos nos âmbitos educacionais. Portanto, a pesquisa tem por objetivo, refletir acerca das políticas de educação inclusiva, tendo em vista expor e discutir como vêm se dando a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), com enfoque nas mudanças ocorridas entre os anos de 2014 em comparação a 2024, nas escolas do ensino fundamental de Bragança - Pará.

A pesquisa sobre a educação inclusiva e a implantação das salas de recursos multifuncionais no município de Bragança, se justifica pela necessidade de se avaliar a efetividade das ações voltadas ao atendimento educacional especializado. A relevância da pesquisa se dá mediante três aspectos: pessoal, social e acadêmico. No âmbito pessoal, contribui com conhecimentos teóricos acerca das políticas e funcionamentos das SRM, assim como pela necessidade de se buscar compreender como se encontra o contexto local, proporcionando um olhar mais crítico e

constituindo-se como um aprimoramento para a formação acadêmica. No aspecto social, o estudo ganha relevância por se buscar analisar a realidade das SRM no referido município, na perspectiva de se compreender, sobre em quais medidas as políticas inclusivas têm promovido acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, buscando identificar os avanços e desafios a serem enfrentados para que de fato essas políticas venham ser efetivadas, garantido assim a equidade. A relevância acadêmica dessa pesquisa, justifica-se pela necessidade de ampliação de produções científicas acerca das políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, relacionadas à implantação das SRM, contribuindo com estudos já realizados nesta área.

Este artigo está dividido em cinco seções. Após a Introdução, temos o referencial teórico, dividido em três sub tópicos: o Contexto Histórico da Educação Especial no Brasil, que discute o percurso da Educação Especial, desde às práticas de exclusão até os paradigmas de inclusão; reflexões sobre a implantação da Sala de Recurso Multifuncional, enfatizando as suas funções e importância para o atendimento educacional especializado e por último as Bases Legais, que fundamentam as práticas inclusivas na legislação brasileira. Na terceira seção temos a Metodologia, que irá explicitar quais os procedimentos adotados para realização da presente pesquisa. Posteriormente, na seção de número quatro, temos os resultados e discussões sobre os dados obtidos com a realização da referida pesquisa e por último temos as considerações finais, que sintetizam as principais contribuições do estudo.

Através da realização do presente estudo, conclui-se que embora as políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, já tenham tido inúmeros avanços legais e normativos, a efetivação de tais políticas, ainda exige ações contínuas de planejamentos, na perspectiva de que o quantitativo de escolas no município de Bragança venham ser implantadas SRM, assim como o acesso adequado de infraestrutura, sensibilização social e monitoramento das políticas públicas, na perspectiva de garantir que os direitos desses sujeitos previstos na legislação, se transformem em experiências educativas de qualidade para todos.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Contexto Histórico da Educação Especial no Brasil.**

O sistema educacional brasileiro, sofreu diversas transformações ao longo da história até a perspectiva de garantir um ensino acessível e de qualidade para todos. Diversos grupos, durante grande parte da história, foram excluídos do processo educacional, embora os processos de exclusão estivessem ligados a fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, inúmeras pessoas foram rejeitadas e, até mesmo mortas, por conta de suas condições física e biológica, pois acreditava-se que, a deficiência estava ligada a maldição ou castigo (Carvalho; Salerno; Araújo, 2015).

Dentro deste contexto, o início do debate e as políticas da Educação Especial no Brasil foram influenciados por concepções médico-pedagógica, caracterizadas por modelos higienistas, refletindo desta forma, em atendimento apenas em hospitais, clínicas ou asilos, constituindo uma educação segregatória de atendimento às pessoas com deficiência (Miranda, 2008).

Influenciados por experiências Europeia e Estadunidense, o Brasil no início do século XX, legitima políticas e modelos pautados em paradigmas integradores, com classes especiais dentro das escolas comuns (Pacheco; Alves, 2007). Entre 1920 e 1930 o movimento Escola-Nova, potencializa o debate da necessidade de escolarização das pessoas com deficiência, vários educadores psicólogos europeus foram trazidos ao Brasil com o intuito de promoverem cursos aos educadores brasileiros, para o incentivo da prática da Educação Especial. Neste período, chega em 1929 ao Brasil, a psicóloga russa, Helena Antipoff, principal idealizadora da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG), inaugurada no ano de 1932. Um espaço que funcionava como um internato para pessoas com deficiência, responsável pela infância, possuindo notavelmente compromisso científico, de acordo com o que fora estabelecido por sua precursora (Borges; Barbosa, 2020).

Em dezembro de 1954, fruto ainda do debate da necessidade de educação das pessoas deficientes é criada no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), sem fins lucrativos, prestava assistência às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo atenção integral a essas pessoas, na garantia de seus direitos e no apoio à sua família (Sousa, 2020).

A criação das primeiras instituições voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência, fomenta que a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a Lei de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que estabeleceu que a Educação é um direito de todos e dever do Estado, pautado em dois artigos o direito à Educação a partir da lógica da Integração ao ensino regular; abertura para que instituições particulares também ofertassem o atendimento desse público.

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial, mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções (Brasil, 1976 *apud* Sousa, 2020, p. 165).

Entretanto, após a promulgação da LDB, em 1964, o Brasil passou pelo golpe militar. Desta forma, “Os ideais democráticos que influenciam a construção da primeira LDB foram abafados, e uma segunda versão, promulgada pela Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971” (Carvalho; Salerno; Araújo, 2015, p. 42) estabelece que a educação das pessoas com deficiência física ou mental, deveriam receber tratamento especializado, a partir daquilo que fosse estabelecido pelo Conselho de Educação. E em seu artigo 9º foi estabelecido que:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especializado, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971 *apud* Sousa, 2020, p.166).

No governo Militar é criado no ano de 1973, o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, um órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) como objetivo de coordenar a política de educação especial no Brasil.

Desta forma, o sistema de ensino brasileiro continuou a ofertar apenas as chamadas classes especializadas dentro do escolas, para o atendimento específico das pessoas com deficiência, mantendo ainda, o atendimento por instituições privadas sem fim lucrativo, como os ofertados pelas APAES. O que significa dizer que os alunos continuaram sendo segregados (Kassar, 2011).

Somente com a Constituição Federal de 1988, com uma seção reservada especificamente para a Educação, estabelece-se, no artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que esta, deveria ser promovida e incentivada pela sociedade, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno da pessoa, ou seja, a preparação para exercício da cidadania, assim como sua

qualificação para trabalho. Assim sendo, o movimento em defesa a escolarização das pessoas com deficiência passou a defender que o público da Educação Especial também deveria usufruir deste mesmo direito.

Observa-se que, com a redemocratização do Brasil, constantes críticas em relação ao método de integração adotado pelas escolas comuns, intensificaram-se os debates e os espaços de discussão em torno da inclusão. Em defesa dos ideais inclusivos, vários movimentos sociais foram surgindo, e algumas ações internacionais contribuíram para o fortalecimento dessas mudanças (Carvalho; Salerno; Araújo, 2017).

De forma geral, evidenciou-se a necessidade de reformulação da LDB, com o objetivo de adequá-la às transformações que ocorriam naquele contexto. Assim, a terceira LDB a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 foi promulgada, e, no que diz respeito ao público da Educação Especial, estabelece que as pessoas com deficiência devem ser atendidas, preferencialmente, nas escolas regulares, com direito ao atendimento educacional especializado. Determina ainda que é dever do Estado a oferta dessas duas formas de atendimento, inclusive com matrículas diferenciadas. Para tanto, a LDB prevê que os sistemas de ensino devem garantir de métodos, currículos, recursos e professores especializados, visando o um ensino inclusivo,

§ 1º Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular para atender as peculiaridades da clientela da Educação Especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas salas de ensino regular (Brasil, 1996).

Os artigos acima citados, estabelecem que os alunos do da Educação Especial tenham a garantia de recursos e serviços especializados, dentro das escolas regulares com apoio que os complementem ou em espaços especializados que garantam sua plena participação. A partir daí políticas públicas passaram a ser criadas, na perspectiva de superação do modelo biologizante, adotando-se o modelo social da deficiência, ou seja, a deficiência como uma construção social, onde as barreiras da sociedade (físicas, atitudinais e comunicacionais) são a causa da deficiência, e não as limitações individuais. Desta forma, a Educação Especial na perspectiva inclusiva, defende que cada aluno venha ser atendido a partir de sua especificidade, nas classes comuns e com práticas inclusivas (Nascimento; Mesquita, 2016).

Kassar (2011), ressalta que Política Inclusiva foi se materializando a partir da formação de diversos programas e ações, como: o Programa Nacional de Formação

Continuada de Professores na Educação Especial, formação para o atendimento especializado e o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais.

No cenário Nacional autor como Braun (2012), no cenário Paraense, Oliveira (2016); Neves, Sousa, Mota (2025); Neves, Maciel e Oliveira (2019); Gonçalves e Teixeira (2022); e Oliveira (2019), apontam que para transformação das redes de ensino, um sistema educacional inclusivo, é necessário que todos os profissionais da educação se disponibilizem a participar deste processo, ao qual vai muito além de somente inserir o aluno com deficiência nas salas de ensino regular.

Nesta mesma direção, novas normativas são criadas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) em 2008, ao qual o referido documento tem por objetivo garantir um ensino inclusivo nas escolas regulares; o Decreto nº 6.571 de 2008, que em seu inciso I estabelece que para o atendimento especializado deveria ser implantado Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas regulares ou centros especializado; e a própria a Lei Brasileira de Inclusão de pessoas com deficiência, Lei de nº 13.146 de 2015, que em sua essência, representa um marco significativo para o processo de consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo a obrigatoriedade de adaptações nas instituições educacionais de ensino, a implementação de tecnologias assistivas, a adequação dos espaços e práticas pedagógicas, além da garantia de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em síntese pode dizer que governo federal tem fomentado a matrícula desse público nas salas de ensino regular e disponibilizado recursos para implementação das salas de educação especializada, na perspectiva de complementar a escolaridade (Kassar, 2011). Os Censos Escolares, de maneira geral, vêm apresentando sistematicamente o crescimento significativo em relação ao número de alunos com deficiência nas classes comuns de escolas regulares. Entretanto, ainda que o reconhecimento jurídico pautado a Educação Inclusiva, a transformação das escolas para um espaço verdadeiramente inclusivo, ainda enfrenta grandes desafios (Azevedo; Alves; Vieira, 2020).

## **2.2 A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)**

As primeiras salas de recursos para o atendimento especializado, foram inicialmente implantadas nas escolas de ensino regulares, mediante bases legais a partir de 1979. Porém, vinculadas as políticas integradoras, estas salas não garantiam atendimento a todas as pessoas com deficiência, somente podiam frequentar estas

salas, aquelas pessoas consideradas educáveis, aqueles que eram vistos como não educáveis, permaneciam presos no paradigma da segregação (Brasil, 1979 *apud* Jorge, 2015).

Ainda sobre as políticas do CENESP-MEC as salas de recursos só seriam implantadas nas escolas regulares mediante os recursos financeiros e humanos disponibilizados para a região. Em 1986, as vésperas da redemocratização a Portaria nº69 em 28 de agosto de 1986, estabeleceu normas para a prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial em sistemas de ensino públicos e particulares. A portaria conceitua a educação especial como parte integrante da educação e visa desenvolver as potencialidades do educando por meio de atendimento educacional especializado.

Entretanto, somente em 2007 com o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, Portaria de nº de 13/2007, que o MEC passou a disponibilizar de forma mais efetiva recursos tecnológicos, pedagógicos e mobiliários, ficando apenas sob a responsabilidade do sistema de ensino municipal, a disponibilização do espaço para a implantação e o profissional especializado para atuar na SRM.

[...] dispõe que as salas de recursos multifuncionais constituem um espaço organizado, com equipamentos de informática, tecnologia assistiva, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados para o atendimento das necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência (Brasil, 2007 *apud* Braccialli, 2016, p. 1015).

Para tanto as Secretarias municipais ou estaduais, deveriam apresentar suas demandas no Plano de Ação Articulada (PAR), acessado através do Sistema de Gestão Tecnológica (SIGETEC), para que desta forma a escola pudesse ser contemplada (Pavezi, 2015).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), nº 50 de 05 de dezembro de 2023, a partir dos novos princípios da Educação Especial Inclusiva, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo configurado a partir do conjunto de atividades pedagógicas e de acessibilidade, que pode ser ofertado enquanto serviço educacional ou em Sala de Recurso Multifuncional, visando eliminar barreiras e garantir a plena participação do aluno público-alvo da Educação Especial (Brasil, 2023).

Destarte que a SRM, não compreende apenas um espaço físico no âmbito escolar, tratando-se de um ambiente planejado e estruturado para garantir suporte no

desenvolvimento do aluno com deficiência ou com necessidades educacionais especiais.

Desde 2008, quando o MEC lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), o AEE passou a ter obrigatoriamente caráter complementar ou suplementar, e nunca substitutivo. Isso significa que as atividades desenvolvidas na SRM devem acontecer preferencialmente no contraturno escolar e têm o objetivo de eliminar barreiras “para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”.

A partir da Resolução nº 15, de 07/10/2020 – FNDE/MEC, para implementação das salas de recursos multifuncionais, há um conjunto de ações entre os entes federados que inicia com pré-seleção considerando o número de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados, o Censo Escolar e os limites orçamentários. As escolas pré-selecionadas são ratificadas pelas respectivas secretarias de educação: estaduais, municipais ou distrital, conforme a dependência administrativa que ao realizarem a adesão ao Programa se comprometem com o espaço físico na escola e profissional qualificado, e, enviam o Plano de Atendimento (PA), por meio do Sistema PDDE Interativo do MEC. Os recursos federais chegam na escola nos moldes do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e 20% podem ser aplicados em custeio e 80%, em capital.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa, em sua abordagem é qualitativa e quantitativa, já que ela nos possibilitará a compreensão dos fenômenos educacionais a partir da análise e interpretação dos dados coletados.

De acordo com Queiroz (2006, p. 92) “[...] os métodos quantitativos e qualitativos, na verdade, se complementam, e a escolha de uma ou outra abordagem, está associada diretamente aos objetivos e finalidades de cada pesquisa.”

A pesquisa é de caráter descritivo, já que busca por uma compreensão de forma mais aprofundada acerca das políticas para implantação das SRM, analisando os dados obtidos com a pesquisa. O estudo foi realizado na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), especificamente nos setores de: Coordenação de Educação Especial Inclusiva e no Setor de Estatística, assim como com os profissionais da SRM em uma escola municipal em Bragança-PA. Ao qual o primeiro é responsável pela formulação e acompanhamento e execução das políticas de Educação Especial do município; E o segundo, responsável pelo registro e fornecimento de dados

quantitativos relacionados a matrícula, atendimento especializado e indicadores educacionais, e por fim o (a) coordenador (a) de educação especial que é responsável pela sala de atendimento educacional especializado.

Para acessar as informações optamos pela coleta de dados bibliográficos, estatísticos e documental, assim como as entrevistas semiestruturadas. De acordo com Gil (2002, p. 46), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material á elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Já a entrevista semiestruturada, apresenta mais vantagens que outros tipos de entrevistas, tendo em vista que ao permitir que o entrevistado se expresse livremente você pode obter diversas informações, além de explorar aspectos desconhecidos relacionados ao problema (Lombardi *et al.*, 2021).

Os dados nos possibilitaram compreender como as políticas estão formalmente estruturadas e como estão sendo implementadas atualmente nas escolas municipais, em especial a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, identificando as mudanças e transformações ocorridas no período de 2014 a 2024, comparando os seus avanços e retrocessos.

Para realização das entrevistas foi considerado um roteiro pré-definido, dividido em blocos, a partir do que fora delineado pelos objetivos específicos da presente pesquisa. A entrevista será gravada por áudio, com autorização prévia do entrevistado.

E para apuração dos resultados os dados serão categorizados, e será realizada uma análise comparativa entre os dados de acordo com o Censo Escolar de 2014 e 2024. Os resultados serão sistematizados em forma de quadro e tabela e análise textual, possibilitando uma melhor compreensão.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas municipais de Bragança-PA, no ano de 2014 paralelo ao ano de 2024.**

A presente pesquisa foi realizada no município de Bragança, no estado do Pará, a cidade está localizada na região Nordeste do Estado, há 210 km da capital metropolitana, Belém. O município possui uma extensão territorial de aproximadamente 2.124,73Km<sup>2</sup>. E de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sua população estimada, com dados de 1° de julho de 2024 é de aproximadamente 131.679 habitantes.

O processo de inicialização da pesquisa junto às redes de ensino deu-se entre os meses de agosto e setembro de 2025, e neste período o processo de coletas de dados aconteceu através de entrevista semiestruturada, com o setor de Educação Especial Inclusiva e o Setor de Estatística na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e em uma escola da rede municipal de ensino. O período de análise das mudanças foram os últimos 10 anos, 2014 a 2024.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED), tem um papel extremamente importante para a implantação e execução das SRM nas escolas municipais. Suas funções vão desde a gestão administrativa e pedagógica, até ao cumprimento de políticas públicas de educação inclusiva, planejamento, implantação das SRM, gestão de recursos e infraestrutura; formação e lotação de professores especializados, monitoramento e avaliação.

O Conselho Municipal de Educação de Bragança (CMEB), em consonância com o artigo 211 da Constituição Federal, promulga a Resolução de 01 de janeiro de 2020, que estabelece, em seu artigo 7º, o objetivo de promover a educação inclusiva, definindo em seu inciso I, que o atendimento especializado em instituições, centros especializados e escola deve ser ofertado na Sala de Recurso Multifuncional (SRM). Ressalta-se que o atendimento na SRM, deverá se dá no contraturno, como complemento ou suplemento da classe regular (Bragança, 2020).

O Censo Escolar em 2014, revela que foram efetuadas 353 matrículas de alunos com deficiência, distribuídos em 23 escolas do município, e dessas somente 11 escolas possuíam SRM. Em 2024 de acordo com dados da SEMED, contabilizam cerca de 860 alunos com deficiência matriculados nas escolas de município, contabilizando 127 escolas, distribuídas na cidade e campo. E destas somente 33 escolas possuem SRM. (Tabela 1).

**Tabela 1** - Número de escolas, número de SRM e alunos matriculados: ano de 2014 comparado a 2024.

<b>Anos</b>	<b>Total de Escolas</b>	<b>Escolas com SRM</b>	<b>Escolas sem SRM</b>	<b>Nº de alunos com deficiência matriculados</b>
<b>2014</b>	23	11	12	353
<b>2024</b>	127	33	94	860

Fonte: Nascimento e Mesquita (2016) e Censo Escolar (2024)

A partir da análise destes dados, pode-se dizer que houve um avanço em relação ao número de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados, levando em consideração que em uma década houve um aumento em cerca de 140% no número de matrículas nas escolas do município, detectando desta forma que houve um compromisso em inseri-los nos sistemas de ensino. O que revela que avanços significativos vêm acontecendo ao longo das políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, entretanto, esses números do acesso e democratização do acesso (sai apenas de 23 escolas para 127 escolas com matrículas de alunos com deficiência e transtornos), esses números ainda são insuficientes no que se refere ao atendimento educacional especializado nos espaços escolares. Como descreve Omote (2004, p. 6 *apud* Pasian, Mendes e Cia, 2014, p. 218):

[...] a mera inserção do aluno deficiente em classe comum não pode ser confundida com a inclusão. Na verdade, toda a escola precisa ter caráter inclusivo nas suas características e no funcionamento para que sejam matriculados alunos deficientes e sejam acolhidos. Uma escola que só busca arranjo especial determinado pela presença de algum aluno deficiente e na qual a adequação é feita para as necessidades particulares dele não pode ser considerada propriamente inclusiva.

Assim, embora município tenha crescido no âmbito da democratização do acesso, as escolas, no que tange o atendimento especializado, esses números se mostram insuficientes visto que em 2014, eram 353 alunos, e apenas 11 salas de recursos, em 2024 são 860 alunos, atendidos em 33 salas. A situação se torna mais desafiadora quando se sabe que a acessibilidade à educação é crucial para todos os estudantes, sendo de suma importância trabalhar para garantir que todos tenham acesso e suporte a um ambiente inclusivo.

O Município é amparado pela Resolução nº 15, de 07/10/2020 – FNDE/MEC, para implementação das salas de recursos multifuncionais, considerando o número de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados nas escolas e levando em conta os limites orçamentários e os próprios espaços físicos da escola.

Cada sala criada, tem segundo a coordenadora da pasta na SEMED (2005), visa oferecer condições que levem o sujeito, a superar suas necessidades particulares/específicas e desenvolver suas habilidades, promovendo o sujeito as mais variadas situações pedagógicas, com os diversos materiais que a sala de recurso multifuncional possa oferecer, permitindo experimentações, elevando seu potencial cognitivo, sendo assim inserindo culturalmente e socialmente, bem como, estimular

seu desenvolvimento intelectual, físico e psicológico dentro do espaço escolar, com os diversos profissionais que lá existem.

Entretanto, esse processo tem sido logo, as salas de atendimento especializado no município em 2014, estava estruturada da seguinte forma: uma sala pequena, na maioria das vezes improvisada, porém com uma boa iluminação e ventilação. Quanto aos mobiliários possuía sete cadeiras, uma mesa, um quadro-branco e um armário; de equipamentos digitais possuía três computadores e recursos pedagógicos possuía um tapete de alfabético encaixado, um quebra-cabeça, um dominó tátil, sequência lógica, um alfabeto em braile e um quite de lupas manuais (Nascimento; Mesquita, 2016).

Em 2024, considerando a escola *locus* da pesquisa observou-se: sala continua pequena, porém com o sistema de climatização e bem iluminada. Quanto aos mobiliários a sala possui 4 cadeiras, uma mesa, um quadro branco, um armário, uma mesa para impressora e uma mesa para computador; equipamentos digitais como um computador, uma impressora, uma lupa eletrônica e recursos pedagógicos possui um material dourado, um esquema corporal, uma bandinha rítmica, um jogo da memória de numerais, um tapete alfabético encaixado, um sacolão criativo, um monta tudo, um quebra cabeça de sequências, um dominó de frases, um dominó tátil, um dominó de animais em LIBRAS, um dominó de frutas em LIBRAS, um alfabeto em braile, um jogo da memória tátil e um quite de lupas (Quadro 1).

**Quadro 1** – Comparativo das estruturas das SRM: 2014 x 2024.

<b>ASPECTOS</b>	<b>2014</b>	<b>2024</b>
Espaço Físico	Sala improvisadas, boa iluminação e ventilação natural.	Sala pequena, climatizada e bem iluminada.
Mobiliários	1 Mesa, 7 cadeiras, 1 armário e 1 quadro-branco.	1 mesa, 4 cadeiras, 1 armário, quadro-branco, 1 mesa de impressora, 1 mesa de computador.
Recursos digitais	3 computadores	1 computador, 1 impressora e 1 lupa eletrônica
Recursos Pedagógicos	1 tapete alfabético encaixado, 1 dominó tátil,	1 material dourado, 1 esquema corporal, 1

	1 sequência lógica, 1 quebra-cabeça, 1 alfabeto em braile e um quite de lupas manuais.	bandinha rítmica, 1 jogo da memória de numerais, 1 tapete alfabético encaixado, 1 sacolão criativo, 1 monta tudo, 1 quebra-cabeça de sequências, 1 dominó de frases, 1 dominó tátil, 1 dominó de animais em Libras, 1 dominó de frutas em Libras, 1 alfabeto em braile, 1 jogo da memória tátil e um quite de lupas manuais.
--	--	--

Fonte: Nascimento e Mesquita (2016) e Censo Escolar (2024)

Nota: os dados foram coletados durante o 2º semestre de 2025.

Relacionado a análise do quadro comparativo entre as estruturas das Salas de Recursos Multifuncionais dos anos de 2014 comparado ao ano de 2024, evidencia-se poucos avanços significativos nas salas de recursos multifuncionais. Quanto aos mobiliários, nota-se que há uma maior funcionalidade, com a inserção de mesas para computadores e impressoras, ainda que tenha diminuído o quantitativo de cadeiras. Quanto aos equipamentos digitais, embora tenha minimizado os números de computadores, houve a inserção de impressoras e lupas eletrônicas. E por último no que se refere ao uso de materiais pedagógicos, a mudança foi bem mais expressiva, levando em consideração que de 2014 para 2024 o número de materiais aumentou significativamente.

De acordo com Silva (2023), para que a SRM venha funcionar como o pretendido, e contribuir para o princípio da inclusão, é necessário muitos outros elementos para além das salas adaptadas. A disponibilidade de materiais adequados pode facilitar a didática do professor na SRM, porém é necessário que além dos materiais que lhes são disponibilizados, é necessário formação para que esse profissional busque, produza diante as necessidades de superação de barreiras dos alunos.

Ressalta-se ainda que a inclusão ainda é um desafio para muitos professores das salas regulares, neste sentido, torna-se necessário discutir e significar algumas ações educativas viáveis e colaborativas no cotidiano escolar na busca por uma qualificação da inclusão. O papel do professor AEE neste contexto de inclusão é fundamental, ele precisa buscar novos conhecimentos, participar de cursos de formação, trocar experiências com os colegas da sala regular de ensino e refletir, continuamente sobre a prática de inclusão da escola. Isso significa que ele sozinho é o responsável pela inclusão, ele precisa contar com o apoio dos pais dos alunos, da comunidade e da equipe pedagógica, pois juntos obterão um melhor desempenho no desenvolvimento das atividades com os alunos com necessidades especiais precisam.

Assim, embora se tenham apresentado alguns avanços com a implantação das salas de recursos multifuncionais, principalmente ao que se refere a disponibilidade de materiais pedagógicos, ainda existem pontos que podem ser melhorados para potencializar este atendimento.

A inclusão de alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) na rede regular possibilita um enriquecimento de todo o sistema de ensino, porque demonstra a confiança no crescimento de todas as pessoas, nas suas capacidades, nos seus sonhos de ser reconhecido e respeitado e, sobretudo, de ter uma vida bem melhor, em uma sociedade que não pratica a exclusão e que não deixa de fora grupos que são vistos como fora dos padrões ditos “normais” e homogêneos. Uma inclusão assim, portanto, indica a capacidade autêntica de a sociedade aceitar e encontrar o lugar exato para todos os seus membros que não correspondam a padrões estéticos ou cognitivos ditos “perfeitos”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da presente pesquisa, é notório que, embora a Sala de Recurso Multifuncional (SRM) desempenhe um papel fundamental para a efetivação de políticas inclusivas na Educação Básica. É visível que, para que implantação dessas salas nas redes de ensino do município de Bragança-PA, venham estar em consonância com as políticas inclusivas, é necessário que se superem grandes desafios, principalmente no que se refere as estruturas, espaços improvisados ou pequenos que não conseguem atender as demandas dos alunos que necessitam usufruir de seus serviços

Mediante os dados da pesquisa, entre os anos de 2014 e 2024 principalmente no que se refere ao número de escolas públicas implantadas no ensino de Bragança e em relação ao número de alunos com deficiência matriculados e na estruturação em relação ao quantitativo de mobílias, recursos digitais e pedagógicos, pode-se dizer que houve um avanço. Porém no que se refere ao número de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, não houve a mesma evolução.

Essa disparidade demonstra uma fragilidade na implementação das políticas públicas de educação inclusiva, principalmente no que tange as condições e estruturas adequadas. A ampliação do acesso quando não acompanhada de investimentos em infraestrutura, formação docente, disponibilidade de materiais necessários para as diversas especificidades, pode acarretar prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem e a verdadeira efetivação da inclusão escolar. Deixando-nos evidente que a atuação da secretaria pode estar mais centrada no cumprimento de metas quantitativas (matrícula e acesso) do que com a qualidade e a continuidade de práticas inclusivas. Sendo assim, torna-se necessário que a Secretaria Municipal de Educação do município de Bragança-PA, venha atuar de maneira estratégica e articulada, visando efetivar as políticas de educação inclusiva, principalmente no que concerne a ampliação do número de SRM, de forma a atender a crescente demandas de alunos público-alvo da Educação Especial.

Principalmente no que se refere ao elevado número de escolas que não possuem salas de recursos multifuncionais, deixando-nos evidente que há um descompasso entre o número de matrículas de alunos público alvo da Educação Especial e a oferta de suporte adequado, deixando-nos evidente a fragilidade na efetivação das políticas inclusivas e a necessidade de maiores investimentos por parte das políticas públicas, visando alinhar o aumento do número de alunos matriculados

à ampliação das SRM, garantindo que todos os alunos público-alvo da Educação Especial, tenham acesso ao atendimento especializado previsto nas legislações nas diretrizes educacionais vigentes. “As políticas de educação básica precisam se buscar no acervo de contribuições oferecido pela Educação Especial dos tempos atuais, para que possam questionar aquilo que tem proposto como solução para o ensino brasileiro” (Mantoan, 2015, p. 41).

Portanto, é necessário que o referido órgão, busque realizar um diagnóstico detalhado das escolas da rede, buscando identificar o quantitativo de alunos com deficiência, suas especificidades e quais redes escolares ainda não disponibilizam deste serviço. Para que a partir desse levantamento, possa se elaborar um plano de ação, voltado para ampliação das salas, dando prioridade às escolas com maiores necessidades. Pois desta forma, a atuação da secretaria assumirá um papel de articuladora de políticas públicas e promoverá um ensino inclusivo.

## REFERÊNCIAS

- Borges, A. A. P.; Barbosa, E. A. N. **Helena Antipoff e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: filantropia e ciências para os anormais**. História, Ciências, Saúde, - Manguinhos, 26, 163-177, 2020. <https://foi.org./101590/S010.459702019000500009>
- Braccialli, L. M. **Tecnologia Assistiva e produção de conhecimento no Brasil**. Journal of Research in Special Educational Needs/ V. 16, p. 1014– 1017, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12355> Acesso em: 03 de outubro de 2025.
- BRAGANÇA (Pará). Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 001, de 20 de janeiro de 2020**. Ementa: Altera a Resolução 001/2017 - CMEB, que dispõe sobre a regulamentação... e dá outras providências. Bragança, PA: Conselho Municipal de Educação, 2020. Acesso em: 01 out. 2025.
- Braun, P. *Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual*. 2012. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- Carvalho, C.L. de; Salerno, M.B; Araújo, P.F. de. **A Educação Especial nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Uma Transformação em Direção a Inclusão Educacional**. Horizontes – Revista de Educação, 3 (6), 34-48, 2017. Recuperado de <https://os.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/5099>
- Castro, P. A. de; Alves, C. O. S. **Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas**. e-Mosaico, Rio de Janeiro, v.7, n.16, p. 3-25, 2019. DOI: 10.12957/e-mosaico.2018.38786. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaico/article/view/38786>. Acesso em: 24 de setembro de 2025.
- Gil, A. C. **Como classificar as pesquisas?**. Como elaborar projetos de pesquisas, 4 (1), p. 44 – 45, 2002, Disponível em:[www.ngd.ufsc.br/files/2012/ric\\_CLASSIFICAPESQUISAGIL.doc](http://www.ngd.ufsc.br/files/2012/ric_CLASSIFICAPESQUISAGIL.doc) . Acesso em 03 de outubro de 2025.
- Gonçalves, A. M.; Teixeira, S.R.S.; **Coordenadoria de acessibilidade da ufpa**. Educere et educare (versão eletrônica), v. 17, p. 99-124, 2022.
- Jorge, M.L.D.; Ferreira, E.G.; Sousa, E.C. de; Alves, M.A.O. **A Educação Inclusiva e a Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Id Online. Revista de Psicologia, 9 (25), 62-90. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v9i25.314> Acesso em: 02 de outubro de 2025
- Kassar, M.C.M. **Percursos da construção de uma política brasileira de educação especial inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial , v.17 (spe 1). Agos. 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400005>

Lombardi, M. R.; de Paula, M. A. B.; Monteiro, M. B. dá S.; Wada, M. I. G. **O prazer da entrevista em pesquisas qualitativas**. Editora: CRV, Curitiba, 2021.

Mantoan, M. T. E. **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: o que dizem os professores, dirigentes e pais**. Revista Diálogo e Perspectiva em Educação Especial, v.2, n. 1, p. 23 – 42, jan./jun. 2015. <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2015.v2n1.5169> Acesso em: 11 de outubro de 2025

Milanesi, J. B. **Organização e Funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais em um Município Paulista/** Josiane Beltrame Milanesi.—São Carlos: UFsc, 2012.

Nascimento, E. S. R do; Mesquita, A. M. A. **A Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais em Bragança – PA: alguns apontamentos**. Biblioteca Anpae/Série Cadernos Anpae. ISSN: 1677-3802, v.41, 2016.

Neves, J.D.V;; Maciel, R.A; Oliveira, M. V. S. . **Representações de práticas inclusivas: da realidade vivida aos caminhos da inclusão no ensino superior na Amazônia paraense**. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS RBEP-INEP, v. 100, p. 443-463, 2019

Neves, J.D.V; Sousa. E.W.S de; Mota, L. S. **O ensino do português como segunda língua para surdos: representações de professores da educação básica**. Revista Momento-Diálogos em Educação, v. 34, p. 343-359, 2025.

Oliveira, I. A.. **Educação Especial inclusiva no Brasil: demandas contemporaneas**. Cad. Pes., São Luis, v.23, n.Especial, set./dez. 2016. Doi:<http://dx.org/10.18764/2178-2229>. V. 23, n. especial/p152-160

Pasian, M. S.; Mendes, E. G.; Cia, F. **Sala de Recursos Multifuncionais: Revisão de artigos científicos**. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n.3, p. 213-225, 2014. <http://dx.doi.org/10.14244/19827199949> Acesso em: 11 de outubro de 2025.

Pavezi, Marilza. **Programas e Ações da Diretoria de Políticas da Educação Especial da SECAD/MEC: levantamentos preliminares de seu alcance no estado de Alagoas**. JORNADA HISTEDBR 13, 2015.

Queiroz, L. R. S. **Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa: Perspectiva para o campo da etnomusicologia**. Revista do Programa de Pós Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 87- 96,, 2006. Acesso em: 03 de outubro de 2025.

Silva, O. O. N. da. **Acessibilidade da estrutura física das salas de recursos multifuncionais de escolas municipais**. Open Science Reseach XI – ISBN 978-65-

5360-350-9, v. 11 – 2023 – Editora Científica Digital.

[www.editoracoentificadigital.com.br](http://www.editoracoentificadigital.com.br) . Acesso em: 11 de outubro de 2025

Sousa, L. M. de. **Educação Especial no Brasil**: O que a História nos conta sobre a Educação das Pessoas com Deficiência. R. Bibliomar, São Luís, v. 19, n. 1, p. 159-173, Jan./Ju. 2020. <http://orcid.org/0000-0003-0276-1105> Em 23/09/2025